

Definidas as regras para as dívidas dos estados

por Eliane Cantanhêde e
Ivanir José Bortot
de Brasília

O governo deve convocar uma reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN), na próxima semana, para bater o martelo na proposta de renegociação da dívida contratual dos estados. Conforme antecipou este jornal, o ponto central dessa proposta é a formação de um fundo de cerca de R\$ 2 bilhões, para serem repassados de acordo com cada estado. As condições de pagamento anunciadas ontem são: 6% de juros ao ano, mais Taxa Referencial (TR).

A informação foi dada pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator das dívidas estaduais na Comissão de Economia do Senado, depois de mais de duas horas de reunião, ontem, no seu gabinete, com o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal. Segundo Bezerra, só não ficaram fechados os prazos. Portugal propôs seis meses de carência, com doze para pagamento. Bezerra aceitou a carência, mas ainda tenta o parcelamento de trinta meses, ou seja, ao longo do mandato dos atuais governadores.

Os recursos do novo fundo, que está sendo calculado com base em 2,6 vezes os Fundos de Participação dos Estados, terão duas destinações preferenciais: o pagamento de pessoal, inclusive para a quitação dos futuros servidores demitidos, e a renegociação das Antecipações de Receitas Orçamentárias (ARO).

O agente do repasse dos recursos do novo fundo para os estados será a Caixa Econômica Federal (CEF), que já concedeu pequenos financiamentos de emergência para quatro estados: Alagoas, Mato Grosso, Maranhão e Piauí. No re-



Murilo Portugal

passo da renegociação macro, novamente Alagoas e Mato Grosso serão os primeiros beneficiados. Já na terça-feira da próxima semana, equipes técnicas já estarão nos dois estados, acertando os valores.

Segundo o diretor comercial da CEF, Valderi Albuquerque, o Ministério da Fazenda deverá autorizar a instituição a comprar as dívidas ARO feitas pelos estados com os bancos, sejam oficiais, sejam privados. Os recursos para o fundo viriam de três fontes: R\$ 1 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); R\$ 400 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND); e o restante, dos recursos próprios da Caixa. As garantias exigidas pela CEF seriam o aval do Tesouro Nacional para as operações e as ações de empresas estaduais.

Carlos Bezerra acrescentou que haverá, também, a exigência de contrapartidas de outra ordem dos estados. O primeiro repasse do fundo seria livre, mas do segundo em diante deverá ser cobrado o enxugamento da máquina administrativa, com o início do cumprimento do teto de 60% da arrecadação para as folhas de pagamento. A meta estabelecida é de que, ainda neste ano, os estados beneficiados pelo novo fundo redu-

zam em 1/3 a diferença entre a atual percentagem da folha na arrecadação e o teto legal, de 60%.

Além disso, está mantida a exigência de privatizações e concessões de serviços públicos para a iniciativa privada e o compromisso de não haver nomeações de servidores de forma alguma, nem reajustes de salários maiores do que os acertados pela União. Além disso, os estados que receberem repasses do novo fundo ficarão sujeitos a uma prestação de contas mensal ao Tesouro Nacional.

Outro acerto feito entre Portugal e o relator das dívidas estaduais na Comissão de Economia do Senado foi em relação à inclusão das dívidas de empresas estatais na base de cálculo para pagamento das dívidas contratuais dos estados com a União. Pela Lei nº 8727, esse teto é de 11%, mas em alguns estados chega até a 22% por causa de outras dívidas, especialmente a das estatais.

Portugal, com a anuência do ministro da Fazenda, Pedro Malan, já aquiesceu em incluir as dívidas das companhias estaduais de habitação, mas ainda não respondeu afirmativamente à pretensão do senador de botar no bolo, também, outras empresas que não tenham renda própria. O que já está definitivamente excluída é a possibilidade de as dívidas de estatais com renda própria entrarem no cálculo.

Segundo Bezerra, a negociação da dívida mobiliária dos estados – cerca de 85% dela concentrados em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro – “é uma outra história”. A proposta oficial do governo para ela ainda não está pronta e só será anunciada mais adiante. Mas, conforme garantiu, ainda neste ano.